



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gabinete Dês. Marco Antônio Cabral Maggi

231  
8

**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

**PROCESSO Nº 194919-9**

**RECURSO EM SENTIDO ESTRITO**

087

**RECORRENTE: EDSON ALMEIDA SOUZA**

**RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO**

**RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI**

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. SENTENÇA DE PRONÚNCIA. NEGATIVA DE AUTORIA. PROVA TESTEMUNHAL APONTA O RECORRENTE COMO UM DOS RESPONSÁVEIS PELA MORTE DA VÍTIMA. DIANTE DA COMPROVAÇÃO DA MATERIALIDADE DELITIVA E DA PRESENÇA DE INDÍCIOS DE AUTORIA DEVE O ACUSADO SER SUBMETIDO A JULGAMENTO PELO TRIBUNAL DO JÚRI. MANUTENÇÃO DA CUSTÓDIA CAUTELAR. PERSISTÊNCIA DOS PRESSUPOSTOS AUTORIZADORES DA PRISÃO PREVENTIVA. DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE. DESCABIMENTO. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA-DECISÃO - À UNANIMIDADE DE VOTOS, NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO.

icg

- 232
1. A sentença de pronúncia do Juiz "a quo" deve ser mantida em todos os seus termos, tendo em vista a presença de indícios de autoria e da prova da materialidade do crime.

088

2. Não há ilegalidade na decisão de pronúncia se o réu teve prisão preventiva contra si decretada ante a negativa do direito de recorrer em liberdade, pois a sua conservação na prisão é um dos efeitos da sentença de pronúncia, mormente quando persistem os motivos autorizadores da segregação e inexistente fato novo favorável à soltura.
3. A existência de condições pessoais favoráveis do recorrente, como a primariedade e bons antecedentes, não são circunstâncias garantidoras de eventual direito subjetivo à liberdade provisória quando presentes os motivos legitimadores de sua constrição cautelar.

### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Recurso em Sentido Estrito nº 194919-9, em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, sem discrepância de votos, em negar provimento ao recurso, mantendo-se a decisão de pronúncia do Juízo "a quo", nos termos do voto do Des. Relator.

Recife, 03 de fevereiro de 2010.

  
**Marco Antônio Cabral Maggi**  
**Des. Presidente Relator**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi*



089

**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

**PROCESSO Nº 194919-9**

**RECURSO EM SENTIDO ESTRITO**

**RECORRENTE: EDSON ALMEIDA SOUZA**

**RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO**

**RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI**

**RELATÓRIO**

Trata-se de Recurso em Sentido Estrito interposto por **EDSON ALMEIDA SOUZA** em face da sentença proferida pelo Juízo de Direito da Vara de Ibimirim-PE, que o pronunciou como incurso nas penas do artigo 121, §2º, I e IV do Código Penal.

Relata a denúncia que por volta das 08:30 do dia 18 de julho do ano de 2000, na estrada que dá acesso ao Sítio Dona Rosa, no município de Ibimirim, a vítima Claudenildo Gomes de Lima, ao retornar da casa do senhor Milton, foi surpreendida pelo recorrente e mais dois indivíduos, os quais, agindo em emboscada e fazendo uso de armas de fogo, ceifaram-lhe a vida.

Consta, ainda, da peça acusatória que os denunciados incendiaram a moto da vítima e praticaram o crime em função de atribuírem à vítima a delação à Polícia das diversas condutas criminosas pelas quais eles são responsáveis.

Inconformado com a sentença que o pronunciou, o recorrente Edson Almeida Souza interpôs o presente recurso, às fls. 171/180, alegando em suas razões que não

cometeu o crime que lhe foi imputado na denúncia, além do fato de não lhe ter sido concedido o direito de recorrer em liberdade, requerendo a expedição de alvará de soltura em seu favor.



030

O Ministério Público em sede contrarrazões às fls. 187/194 pugnou pelo improvimento do recurso apresentado pela defesa, mantendo-se a sentença de pronúncia em todos os seus termos.

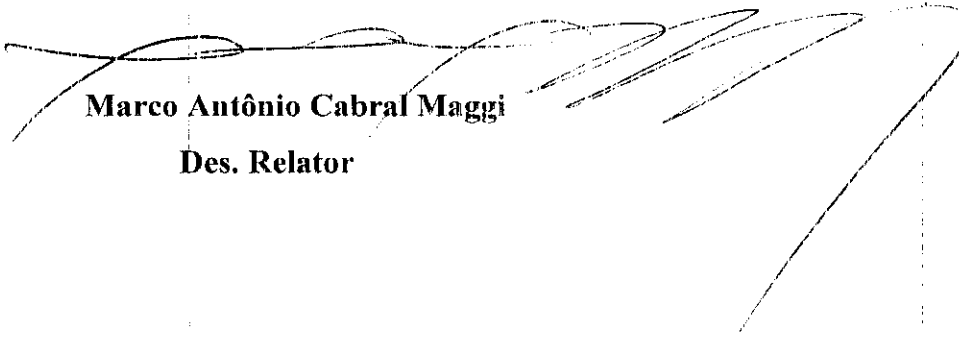
O Juiz de Direito manteve integralmente a decisão de pronúncia, na oportunidade de realização do juízo de retratação às fls. 195.

A Procuradoria de Justiça, em parecer ofertado às fls. 219/222, opinou pelo improvimento do presente recurso.

### **É O RELATÓRIO.**

Inclua-se o feito em pauta para julgamento.

Recife, 07 de janeiro de 2010.

  
**Marco Antônio Cabral Maggi**

**Des. Relator**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi*

233  
9  
091

**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

**PROCESSO Nº 194919-9**

**RECURSO EM SENTIDO ESTRITO**

**RECORRENTE: EDSON ALMEIDA SOUZA**

**RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO**

**RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI**

**VOTO**

Srs. Desembargadores,

Sr.(a) Procurador(a).

**EDSON ALMEIDA SOUZA**, inconformado com a decisão do Juiz de Direito da Comarca de Ibimirim, que o pronunciou como incurso nas penas do crime de homicídio qualificado e negou-lhe o direito de recorrer em liberdade, interpôs o presente Recurso em Sentido Estrito, nos termos do art. 581, inciso IV do Código de Processo Penal.

Conforme relatado, pleiteia a defesa a expedição de alvará de soltura em favor do recorrente ao argumento de que não lhe foi concedido o direito de recorrer em liberdade, embora não tenha qualquer envolvimento no fato delituoso, além de possuir condições pessoais favoráveis.

A despeito da alegada tese de negativa de autoria, transcrevo a seguir trechos dos depoimentos prestados pelas testemunhas arroladas pelo Ministério Público.

236  
18

“ (...) que, na verdade, os acusados Emerson e Edson levantaram suspeita de que o filho do informante, vítima nesses autos, teria denunciado à polícia que eles haviam roubado uma moto e que num domingo, antes dos fatos, a polícia pegou um dos irmãos dos acusados e, diante disso, esses resolveram se vingar da vítima, no dia 18 (...) que, de fato, o crime praticado foi unicamente por eles (acusados) terem desconfiado que seu filho tivesse feito denúncia contra eles, mas não houve nenhuma denúncia (...)” (Pedro David Lima – fls. 95).

092

“ (...) que os acusados haviam feito o roubo de uma moto e que tinha um irmão mais novo que está preso e eles imaginaram que teria sido Claudenildo quem fez o comunicado à polícia (...) que não houve qualquer discussão entre acusados e vítima, tendo aqueles surpreendido seu irmão numa curva da estrada (...)” (Cláudio David de Lima – fls. 96).

Através dos depoimentos das testemunhas acima nominadas, tenho que há nos autos indícios de participação do recorrente aptos a ensejar sua respectiva pronúncia. Desse modo, verifica-se que este elemento de prova revela a necessidade de submissão do recorrente ao Tribunal Popular, posto que os Jurados são os Juízes Naturais nos crimes dolosos contra a vida, cabendo a estes o ofício de decidir acerca da autoria delitiva.

Por outro lado, a materialidade do crime encontra-se consubstanciada no auto do exame cadavérico de fls. 14.

Segundo a moldura legal da nova redação do artigo 413, do Código de Processo Penal, a sentença de pronúncia consubstancia mero juízo de admissibilidade da acusação, em que se exige apenas o convencimento da prova material do crime e da presença de indícios de autoria. Não se requer certeza absoluta da autoria do delito para que se submeta o recorrente a julgamento perante o Tribunal do Júri. São suficientes apenas meros indícios de autoria, com o fim de se remeter o julgamento à sociedade.

Esse é o entendimento jurisprudencial pacífico no País. Neste sentido:

235

**TJSP: "Pronúncia – Crimes dolosos contra a vida – Suficiência da comprovação da materialidade delitiva e da presença, nos autos, de indícios de quem tenha sido o seu autor para a admissibilidade da sentença – Inteligência do art. 408 do CPP. (...) Nos termos do art. 408 do CPP, para a admissão da sentença de pronúncia em sede de crimes dolosos contra a vida, basta a comprovação da materialidade delitiva e a presença, nos autos, de indícios de quem tenha sido o seu autor" (RT 779/573).**

093

Assim, existindo dúvida quanto ao fato delituoso e sua autoria, deve ser dirimida pelo Conselho de Sentença, somente podendo o réu ser impronunciado diante de prova inequívoca de sua inocência, o que não é a hipótese dos presentes autos, pois a prova testemunhal apurada durante a instrução do processo aponta o recorrente como um dos responsáveis pelo crime descrito na peça acusatória, pelo que deve ser levado a julgamento perante o Tribunal do Júri.

Em seqüência, no que pertine ao inconformismo do recorrente quanto à negativa do direito de recorrer em liberdade por ocasião da prolação da sentença de pronúncia, não obstante o fato de possuir condições pessoais favoráveis, tenho que não merece prosperar.

Consta dos autos que o recorrente foi preso por força de mandado de prisão preventiva em virtude da prática do crime de homicídio qualificado cerca de 08 (oito) anos após o delito em virtude de ter se evadido do distrito da culpa. Pronunciado, foi-lhe negado o direito de recorrer em liberdade por subsistirem os pressupostos autorizadores de sua custódia cautelar.

Em que pese o argumento da defesa, verifico que é acertada a decisão de primeiro grau, pois o recorrente foi preso preventivamente em razão de ter empreendido fuga logo após o cometimento do crime. Além do mais, o efeito legal que decorre da sentença de pronúncia é a manutenção da custódia até o julgamento pelo Júri Popular. Esse é o entendimento do Supremo Tribunal Federal a respeito:

**"A prisão provisória constitui efeito jurídico-processual que decorre, ordinariamente, da sentença de pronúncia. A concessão de liberdade provisória ao réu pronunciado**

236  
traduz mera faculdade legal reconhecida ao juiz (CPP, art. 408, § 2º). Pronunciado o réu, que já se encontrava preso preventivamente, não se nulifica a sua custódia provisória, desde que subsistam os motivos que justificaram a decretação daquela prisão cautelar. São irrelevantes, para esse efeito, a primariedade e os bons antecedentes do acusado, que nenhum direito tem, nesse contexto, à obtenção da liberdade provisória.”(STF—RT690/380)

094

A orientação doutrinária não destoia desse entendimento, lecionando Júlio Fabbrini Mirabete que:

“ A prisão decorrente da pronúncia constitui, portanto, segundo a lei, efeito natural e necessário desse ato judicial, não a obstando o princípio da presunção de inocência consagrado no art. 5º, LVII, da Constituição Federal de 1988. A Carta Magna não veda a decretação de qualquer espécie de prisão provisória decretada pelo juiz, entre elas a decorrente da pronúncia, e não autoriza indiscriminadamente a liberdade do acusado durante a ação penal. Quando se refere no art. 5º à prisão em flagrante ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente (inc. LXI) e à liberdade provisória, quando a lei a admitir (inc. LXVI), a evidência permite o recolhimento à prisão durante o processo quando houver previsão legal. O referido princípio constitucional impede a execução da pena e os efeitos da condenação, mas não a prisão antes do trânsito em julgado da sentença. Entretanto, deve-se entender que a prisão cautelar deve sempre ser motivada, somente se justificando quando necessária ou conveniente. ... A prisão vige até final julgamento do processo, não se podendo por isso cogitar, em tese, de excesso de prazo no encarceramento do réu, o que possibilitaria a concessão de *habeas corpus*.” (Código de Processo Penal Interpretado, 11ª ed., Atlas, p. 1101).

Outrossim, o fato de ter o recorrente empreendido fuga do distrito da culpa justifica a sua segregação necessária como garantia de aplicação da lei penal, recomendando, salvo a ocorrência de fato novo modificativo da situação, a manutenção da medida restritiva de liberdade, de acordo com o § 3º, do art. 413, do Código de Processo Penal.



237  
e

Por fim, é válido ressaltar que eventuais condições favoráveis do recorrente, tais como primariedade e bons antecedentes, por exemplo, não lhe garantem o direito subjetivo de recorrer em liberdade, se há nos autos outros elementos que recomendam sua segregação cautelar.

095

Diante do exposto, sem adentrar no mérito da causa, vislumbrando apenas a existência de indícios suficientes de autoria e prova da materialidade delitiva, e considerando acertada a decisão de pronúncia que negou ao recorrente o direito de recorrer em liberdade em razão de persistirem os pressupostos autorizadores da prisão preventiva, o meu voto é no sentido de negar provimento ao presente recurso, mantendo-se a sentença de pronúncia do Juiz "a quo" em todos os seus termos, devendo o recorrente ser submetido a julgamento perante o Tribunal do Júri da Comarca de Ibimirim.

**É COMO VOTO.**